http://dx.doi.org/10.36810/rde.v1i55.8218

EVOLUÇÃO DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL E O PAPEL DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA SUA DEPENDÊNCIA

Evolution of the pattern of capital reproduction in brazil and the role of foreign direct investment in dependency

Sarah Farias Andrade[1]
Kaiza Correia da Silva Oliveira[2]

RESUMO
A dinâmica da dependência da economia brasileira é o tema abordado neste artigo, que buscou compreender a dinâmica do atual PRC brasileiro, definido por Osório (2012) como Exportador de Especialização Produtiva (EEP) e a relação de dependência, por meio do Investimento Estrangeiro Direto (IED). Tendo como referência a base teórica analítica da Teoria Marxista da Dependência (TMD), considerou-se o IED como um elemento para se compreender a dinâmica da mudança do padrão produtivo brasileiro nas últimas décadas, que passou por um processo de abandono da política de industrialização em detrimento da especialização produtiva em bens primários em decorrência de mudanças ocorridas no centro do sistema capitalista mundializado. Por meio do diálogo proposto, o texto suscita reflexões sobre possíveis alterações no padrão apresentado por Osório (2012), dada a mudanças no direcionamento do IED para o setor financeiro e em transações no mercado de terras, refletindo uma tendência do capital mundializado, intensificando o caráter rentista da estrutura de dependência brasileira.

Palavras-chave: Dependência; Capital Estrangeiro; Teoria Marxista da Dependência.

ABSTRACT
The dynamics of dependency in the Brazilian economy is the central theme of this article, which seeks to understand the dynamics of Brazil's current Productive-Reproductive Structure (PRS), defined by Osório (2012) as an Export-Oriented Productive Specialization (EOPS), and its relationship with dependency through Foreign Direct Investment (FDI). Grounded in the analytical framework of the Marxist Theory of Dependency (MTD), FDI is considered a key element for understanding the dynamics of changes in Brazil's productive pattern over recent decades. This period has seen a shift away from industrialization policies toward a specialization in primary goods, driven by transformations in the core of the globalized capitalist system. Through the proposed dialogue, the text raises reflections on potential alterations to the pattern outlined by Osório (2012), given the redirection of FDI toward the financial

[1] Doutora em Economia pela Universidade Federal da Bahia, Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU/UNIFACS). E-mail: sarahfaryasa@gmail.com
[2] Doutora em Economia pela Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano do Departamentos de Economia e Departamento de Relações Internacionais. E-mail: kaizacorreia@outlook.com

sector and land market transactions. This reflects a globalized capital trend, intensifying the rentier character of Brazil's dependency structure.

Keywords: Dependency Foreign Capital; Marxist Dependency Theory.

JEL: B51; F34; N16; O20.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da evolução da história econômica brasileira, o capital estrangeiro atuou como elemento determinante. As transformações no território, as instituições criadas, bem como a tomada de decisões da política econômica, foram desenhadas para receber esse tipo de capital, de modo a atender aos interesses externos, sob lógicas que frequentemente resultam em desarticulação territorial e/ou em aliança a burguesia local, para atender aos interesses estrangeiros. Isso fez com que os países em desenvolvimento no cenário internacional fossem historicamente inseridos de forma dependente na hierarquia mundial, para atender aos objetivos da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) estabelecida, tornando-os produtores e exportadores de produtos primários, minerais e extrativistas, devido à sua dotações de recursos naturais, enquanto os países do centro do capitalismo ampliam as suas respectivas capacidades de extração de mais-valia relativa, como pressupõe a Teoria Marxista da Dependência (TMD) (Bambirra, 2015; Marini, 2000).

Adicionalmente, a TMD afirma que o movimento de reprodução capitalista nas economias dependentes assume diversas formas concretas no decorrer da história e da DIT. Tal aspecto é determinante para a compreensão das dinâmicas econômicas, sociais, políticas e ambientais que essas economias apresentam. Com efeito, a aludida teoria aponta que não existe apenas um padrão de reprodução capitalista, mas sim diversas formas, com diferentes níveis de complexidade, consolidadas pelas formações históricas de cada país (Bambirra, 2015; Marini, 2000).

Esse argumento é fortalecido por Batista (1994) ao abordar a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Segundo esse autor, o Banco Mundial (1989), em documento intitulado "*Trade Policy in Brazil: the Case for Reform"*, orientou que a inserção internacional do Brasil fosse realizada através da revalorização da agricultura de exportação, tal como ocorreu em 1950. Curiosamente, tal proposta foi endossada pela Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), que representa os interesses das oligarquias locais.

Com isso, ao tratar da América Latina, os teóricos da TMD advertem que análises do padrão de reprodução capitalista nesses territórios só fazem sentido quando contemplam as hierarquias nacionais e internacionais, tendo em vista a relação de dependência e o contexto histórico (Marini, 2000; Osório, 2016; Bambirra, 2015). Diante desse contexto, este artigo busca responder a seguinte questão: Como o atual Padrão de Reprodução do Capital Latino-americano, conforme analisado por Osório (2012), se manifesta na estrutura econômica e na dinâmica de dependência do Brasil frente ao capitalismo global no último século? Dessa forma, este artigo tem como objetivo compreender a dinâmica do atual PRC brasileiro, Exportador de Especialização Produtiva (EEP) e a relação de dependência por meio do Investimento Estrangeiro Direto (IED).

Dito de outro modo, o que nele se intenta é analisar como o Brasil, inserido na lógica do capitalismo dependente, mantém e reproduz dinâmicas econômicas determinadas pelo mercado internacional, o que prejudica seu desenvolvimento interno. Para tanto, foi necessário analisar os elementos da TMD e a dinâmica de reprodução do capital em escala global.

O método analítico empregado para dar conta dessa tarefa foi o Padrão de Reprodução Capitalista (PRC), categoria histórico-concreta marxista desenvolvida por Ruy Mauro Marini (1973; 1977;1992, 2000; 2012) e Osório (1982,1983, 1990, 2004, 2012a; 2012b), com base no axioma da TMD de André Gunder Frank, “O desenvolvimento do subdesenvolvimento”[3].

Além desta Introdução, o artigo está organizado em mais três seções: a segunda seção apresenta o arcabouço teórico da TMD e a categoria analítica PRC; a terceira seção analisa o padrão de reprodução do capital por meio do IED; e a quarta seção apresenta as considerações finais.

2 A TMD E O MÉTODO ANALÍTICO DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO CAPITALISTA

De modo geral, a TMD[4], que surge a partir da década de 1960, é uma reação, principalmente dos teóricos da América Latina, às teorias euro-norte-americanas que

[3] Monthly Review, vol. 18, nº 4, setembro de 1966.

[4] Surgem, não apenas a TMD, mas a Teoria da Dependência, englobando suas diferentes correntes, subdividida posteriormente como: a versão crítica da dependência, com forte inspiração marxista (TMD) e outra, não crítica, que propõe a dependência como tipo ideal histórico-estrutural de

apareceram a partir de 1930-45, cujo foco era explicar os diferentes níveis de desenvolvimento econômico presentes nos países europeus e norte-americanos (Martins; Filgueiras, 2018; Dos Santos, 2016).

Em sua maioria, as teorias euro-norte-americanas eram fundamentadas sobre o princípio de que o fenômeno do desenvolvimento econômico era uma trajetória viável para todos os países, sob a justificativa de que aqueles que ainda não haviam conseguido alcançar esse estágio de pleno desenvolvimento do aparelho produtivo estariam apenas atrasados e deveriam passar por algumas etapas para alcançar estágios superiores, de modo que o desenvolvimento industrial era um condição elementar (Duarte, 2007).[5] Assim, os países subdesenvolvidos estariam apenas numa etapa pré-capitalista.

Diante disso, a reação (ou oposição) dos teóricos latino-americanos da TMD fundamenta-se na ideia central da impossibilidade de os países da América Latina (bem como da Ásia e África), superarem o suposto estágio pré-capitalista, dada a forma como essas economias foram inseridas na economia mundial (Dos Santos, 2016).

Nesse contexto, não só se nega a noção de que o subdesenvolvimento significava a ausência de desenvolvimento, mas compreende-se que "o desenvolvimento e o subdesenvolvimento" eram, na verdade, um resultado histórico do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial, que produzia esses fenômenos ao mesmo tempo (Dos Santos, 1998).

Com base nessa ideia central, dois aspectos da abordagem da dependência marxista são expressos. O primeiro diz respeito ao entendimento que Marx tem sobre a processualidade do desenvolvimento econômico, ou seja, como uma determinada estrutura social se modifica ao longo do tempo por meio de suas leis de movimento, e de uma determinação histórica. Desse modo, o desenvolvimento das leis de movimento "implica a complexificação de todas as contradições próprias dessa formação histórica específica" (Carcanholo, 2013, p. 193).

desenvolvimento das sociedades latino-americanas, com uma margem de negociação com o imperialismo. Os principais representantes desta última corrente são Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (Cardoso, 1975, 1979, 1993, 2010; Cardoso; Serra, 1978; Cardoso; Faletto, 1984) (Martins e Filgueiras, 2018).

[5] Essa perspectiva está presente de modo mais predominante no trabalho de Rostow (1961), "Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista", no qual apresenta as cinco etapas do desenvolvimento, sendo elas: a sociedade tradicional, as precondições do arranco, o arranco, a marcha para a maturidade, e a era do consumo em massa.

O segundo aspecto envolve a centralidade da categoria de análise no capital (mundializado) e não na nação, de tal maneira que a situação de dependência advém de um desenvolvimento desigual e combinado das leis de movimento do capital em diferentes partes do mundo (Carcanholo, 2013). Logo, existe o pressuposto de que a relação de exploração da mais-valia ocorre em uma amplitude que supera os limites nacionais e que se conforma por meio de capitalismo em escala mundial.

Esse entendimento está conectado com a perspectiva de sistema mundo, abordado por vários teóricos, tais como o historiador francês Fernand Braudel (1967), em “Civilização Material: economia e capitalismo”; Jhon Hobson (1902), que se dedicou ao estudo do imperialismo, como uma manifestação política e econômica do desenvolvimento do capitalismo no fim do século XIX; Thorstein Veblen (1899), que, de modo geral, desenvolveu a problemática do monopólio, além de buscar compreender a evolução oligárquica da burguesia em seu estudo sobre a classe ociosa; Sombart (1902), em o “Capitalismo moderno”, via a formação do sistema capitalista como um processo internacional, localizando sua análise num plano mais global.

Adicionalmente, autores como Samir Amin, “Acumulação em escala mundial” (1979); Giovanni Arrigi “O longo século XX” (1994); Mendel (1974) “Capitalismo Tardio”; Christian Palloix (1974) “O Capitalismo Mundial”; Albert Michalet (1976) “A economia mundial”; e por fim, Immanuel Wallerstein (1974) “O sistema mundial moderno” também se destacam na perspectiva do sistema mundo (DOS SANTOS, 2016).

Além desses, Theotonio dos Santos (1998) faz referências aos teóricos do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO), de onde surgem as principais categorias de análise da dependência e do sistema mundo.

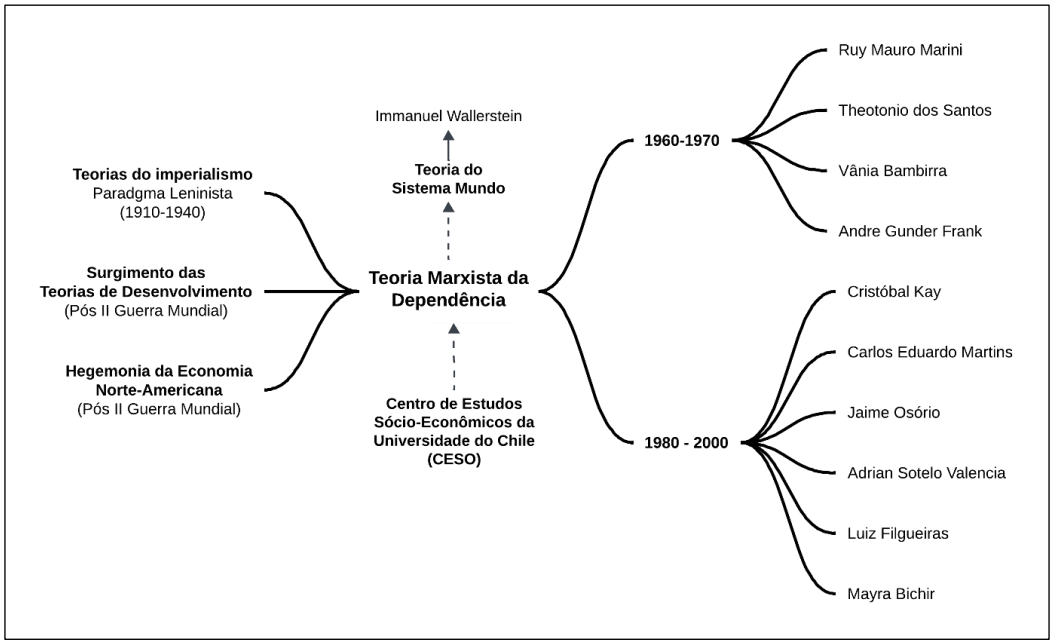
Com relação aos teóricos fundadores da TMD, inclui-se Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra (Bambirra, 1974, 1978; Marini, 1973, 1974, 1976, 1978; Dos Santos, 1968, 1971, 1972, 1978a, 1978b, 1991, 2000). E notavelmente, André Gunder Frank, que, apesar das críticas contundentes de alguns autores da própria TMD, dentre estes, Dos Santos (1998), tem seu trabalho reconhecido como seminal para a formação da TMD, principalmente por negar a existência de um regime feudal na América Latina, ou seja, um estágio pré-capitalista nos moldes europeus (Frank, 1966; Martins; Filgueiras, 2018; Carcanholo, 2023).

Para esses teóricos, a condição dependente das sociedades periféricas é interpretada como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial, tendo como fundamento a teoria marxista sobre o modo de produção capitalista, a teoria clássica do imperialismo, bem como algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial (Carcanholo, 2013).

Considerando o arcabouço teórico da teoria marxista, algumas categorias analíticas foram sendo construídas para dar conta das especificidades dos países subdesenvolvidos, principalmente entendendo a realidade como instrumento de análise, entretanto, sem substituir ou mistificar os fenômenos aos quais se aplicam, nem romper com a linha do raciocínio marxista (Marini, 2017).

A Figura 1 sintetiza os fundamentos teóricos e históricos que serviram de "matéria-prima" para uma interpretação própria do subdesenvolvimento na América Latina a partir da TMD, principalmente com os trabalhos de Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

Figura 1 – Principais influências da TMD e teóricos



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Martins e Filgueiras (2018) e Dos Santos (1998, 2016).

Rui Mauro Marini descreveu a lei do valor em suas especificidades nas economias dependentes, apresentando as categorias do **subimperialismo**,

superexploração do trabalho e a **troca desigual** (e, consequentemente, a categoria de transferência de valor), e posteriormente **o padrão de reprodução do capital** (principalmente no período de 1977 a 1982)[6], que é adotado como categoria analítica no presente trabalho.

Theotônio dos Santos trabalhou a categoria dependência e suas formas históricas (dependência comercial, financeira e tecnológica), e Vânia Bambirra debruçou-se sobre as leis próprias da economia dependente (Ferreira; Luce, 2012).

Dentre os vários autores que deram continuidade aos estudos sobre a TMD, alguns se destacam. Entre os teóricos que se aprofundaram nas categorias desenvolvidas por Ruy Mauro Marini tem-se: Carlos Eduardo Martin (subimperialismo e superexploração do trabalho), Osório, que investiga a superexploração do trabalho e desenvolveu, junto com Marini, a categoria analítica do padrão de reprodução do capital, base do presente trabalho que será explicitada na próxima seção; Adrian Sotelo Valencia (Subimperialismo para interpretar a crise produtiva, financeira e política do capitalismo brasileiro) e Luiz Filgueiras (aponta insuficiência da categoria padrão de reprodução do capital e propõe os conceitos padrão de desenvolvimento capitalista e regime de política macroeconômica).

Além destes, destaca-se Cristóbal Kay, que se detém na crítica às teorias de desenvolvimento, às contribuições estruturalistas e neoestruturalistas, ao colonialismo interno e à marginalidade, além dos aportes teóricos de Mariátegui (Martins; Filgueiras, 2018; Ferreira; Luce, 2012).

2.1 O padrão de reprodução capitalista

O PRC, aperfeiçoado por Osório, é uma categoria analítica que está diretamente relacionada à base teórica da TMD como modo de análise para compreender a forma como o capitalismo dependente se estrutura e se perpetua nos países periféricos, a partir de processos históricos. O autor utiliza essa categoria para explicar o funcionamento do capitalismo nas economias periféricas, evidenciando os mecanismos pelos quais ele reproduz suas dinâmicas de exploração, subordinação e acumulação.

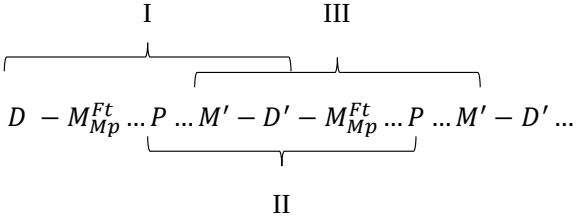
Este padrão, para Osório, caracteriza-se, principalmente, pela subordinação das economias periféricas ao capital internacional, pela superexploração da força de

[6] Ferreira e Luce (2012, p.14).

trabalho, pela transferência de valor para os países centrais e pela incapacidade de romper com o ciclo de dependência estrutural. Ademais, nesta visão analítica, o Estado e as elites locais desempenham um papel ativo na manutenção desse padrão, que resulta em uma reprodução ampliada do capital que beneficia principalmente o centro capitalista global, deixando a periferia em uma posição de subdesenvolvimento e crise contínua.

Osório (2012a), ao considerar a singularidade dos processos históricos que originam o PRC nas economias dependentes como resultante da organização global do sistema capitalista, busca identificar elementos que descrevam esse padrão de reprodução do capital. Esses ciclos abrangem as esferas da produção e circulação, assumindo as formas de capital-dinheiro (D-D'), capital produtivo (P-P) e capital-mercadoria (M'-M), compondo, assim, um modelo analítico conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Fórmula dos três ciclos do capital integrados[7]



Fonte: Marx (2014, p.153 *apud* Osório 2012, p. 45).

Na Figura 2, no ciclo (I), é observado o processo de D – D', ou seja, o ciclo do capital-dinheiro, que enfoca a valorização do capital como a essência do dinheiro que se traduz em capital. O capital produtivo indicado pelo ciclo (II), P – P, demonstra o caráter periódico da reprodução da mais-valia, isto é, que se constitui não como uma função única, mas pela repetição. E por fim, o ciclo (III), do capital-mercadoria, M'-M', que mostra o processo de valorização, entrelaçado ao valor de uso das mercadorias.

As informações presentes na Figura 2 estão descritas no Quadro 1, que apresenta a síntese analítica do PRC conforme as fases do ciclo do capital dinheiro. Neste quadro são apresentadas as bases informacionais para identificação da exploração da mão de obra (a existência da superexploração do trabalho),

[7]Onde D=dinheiro, M=mercadoria, Ft=força de trabalho, Mp=meios de produção, P=produção, M'=mercadoria com novo valor, D'=dinheiro aumentado ou mais dinheiro.

dependência e imperialismo – pela determinação do investimento e do valor de uso (e troca).

Na perspectiva de Marini (2012), alguns aspectos relevantes sobre os ciclos do capital precisam ser destacados. No primeiro ciclo do capital (D-D'), observa-se o papel crucial do dinheiro no processo de valorização do capital, já que é nessa forma que o capital se apresenta no início e é nessa forma que ele deve retornar para que um novo ciclo possa começar. Em segundo lugar, destaca-se a relevância da fase de produção, onde ocorre efetivamente a valorização do capital por meio da geração de mais-valia. Todas as formas de remuneração do capital – lucro industrial, lucro comercial, juros e renda da terra – têm sua origem na mais-valia resultante dessa valorização e derivam, portanto, da ação do capital produtivo ou, em termos amplos, do capital industrial.

Quadro 1 – Síntese analítico do padrão de reprodução conforme as fases do ciclo do capital dinheiro

FASES	**ANÁLISE**
1º fase da circulação (D-M)	**a) D** • Quem investe, quanto investe e em que investe; • Tipo de valor de uso no qual se concentra os investimentos; • Peso do capital financeiro e sua volatilidade. **b) D-Mp** • Tipos de meios de produção adquiridos; • Onde são adquiridos. **c) D-Ft** • O valor da força de trabalho e as condições de produção e reprodução do trabalhador; • Setores, ramos e indústrias que demandam força de trabalho; • Características distintas da força de trabalho; • Condições que determinam a demanda por trabalhadores; • Localização territorial; • Tipo de contratos e benefícios que são estabelecidos.
Produção	Forma como o capital consome a força de trabalho: a) Prolongamento da jornada de trabalho; b) A produtividade do trabalho; c) A intensidade do trabalho; d) A organização do trabalho.
2º fase da circulação	a) Mercado de destino da produção (qual extrato do mercado de consumo se dirige a produção?); b) Participação do mercado externo no consumo da produção; c) Relação entre valores de uso e flutuações dos mercados (há realização da mais valia? A crise afeta o setor nesse sentido?).

Fonte: Elaborado pela autora, conforme Osório (2012).

Osório (2012) entende que a análise do padrão de reprodução, além de se orientar por esses aspectos, deve englobar a historicização de duas dimensões: 1) o tipo de valor de uso que dá origem à valorização; e 2) a razão que leva a um processo emergente, ou seja, auge ou declínio de um determinado padrão de reprodução (Quadro 1).

A primeira dimensão enfatiza o forte vínculo do valor de uso ao processo de valorização. Tomando como ilustração a relação feita por Marx, sobre a diferença entre o capital para produção de salsichas e o capital para fazer canhões, Osório (2012) argumenta que o tipo de valor de uso define as características do tipo de capitalismo que será originado. Já na segunda dimensão, são reveladas as razões econômicas e políticas e, consequentemente, classistas de todos os processos que envolvem os ciclos de reprodução capitalista. Em outras palavras, são os projetos de classe de determinados setores do capital que se tornam os principais eixos de acumulação em cada contexto, enquanto os projetos de classe de outros setores do capital ocupam posições subordinadas ou acabam perdendo espaço.

Sendo assim, compreender historicamente essas duas dimensões da reprodução do capital agrega maiores ferramentas na determinação de um padrão, introduzindo peculiaridades dominantes na economia e política em tempos específicos, bem como o terreno em que se desenvolvem os conflitos de classe.

O processo histórico e sua periodização são uma questão relevante na determinação de um padrão de reprodução, e esse aspecto, aliado a outros, leva ao entendimento da existência de distintos processos de reprodução capitalista. Osório (2004, p.16), ao tratar da epistemologia e do método em Marx, afirma que um dos grandes debates entre Marx e a economia política clássica foi o desenvolvimento tendo como eixo os pressupostos clássicos que esses teóricos tentavam explicar: “eram inerentes a toda ordem social e não a construções sociais temporárias”, percebendo o capital como uma forma produtiva eterna e proveniente da própria natureza, ou seja, a-histórica.

2.1.1 O investimento

A primeira fase do ciclo do capital-dinheiro, que engloba o processo de circulação, refere-se ao período de captação do investimento, ou seja, à determinação da origem do capital. De acordo com Marini (2012), as fontes de investimento para

dar início ao ciclo podem ser classificadas em três: capital privado interno; capital público (que tem origem no Estado); e capital estrangeiro. Cada fonte integra em si elementos intencionais que levam ao objetivo final, que é o processo de acumulação capitalista. No entanto, considerar cada fonte e suas possíveis implicações colabora para o desenho de um padrão de reprodução.

Segundo Osório (2012a), seguramente, a identificação da fonte de investimento ajuda a compreender o porquê de determinados setores e ramos da economia estarem ocupando o lugar central na acumulação e na reprodução capitalista, assim como a maneira pela qual o capital externo e público se insere nessas escolhas, o que resulta em diversos desdobramentos e intencionalidades no sentido de uma integração dependente e sob a instrumentalização do Estado e a orientação da política pública.

O investimento privado nacional se apresenta no processo de acumulação capitalista sob a forma de meios de produção e força de trabalho. Já o investimento estrangeiro, este se insere de duas maneiras, principalmente no caso de um país dependente na visão de Marini (2012, p.25):

> [...] como investimento direto, quando de maneira exclusiva ou compartilhada (ou seja, associada) o capitalismo estrangeiro investe diretamente na economia dependente, detendo a propriedade total ou parcial do capital produtivo a que o investimento deu lugar e apropriando-se diretamente da mais-valia total ou parcial ali gerada; e como investimento indireto, quando o capital estrangeiro se coloca à disposição dos capitalistas internos (nacionais e estrangeiros), sob a forma de empréstimos e financiamentos, contratados diretamente com os capitalistas receptores ou com o Estado, que os redistribui a estes ou os integra a seu próprio investimento.

Na perspectiva de Osório, o investimento estrangeiro tem um papel central na definição e perpetuação do padrão de reprodução do capital Latino-americano, especialmente no Brasil, dado que esse padrão está intrinsecamente ligado às formas de dependência econômica que caracterizam o capitalismo periférico, onde o capital internacional exerce uma influência decisiva na escolha dos setores que serão desenvolvidos em determinada economia, limitando a capacidade de desenvolvimento autônomo dos países da região.

Assim, o investimento estrangeiro atua como um instrumento de perpetuação da dependência e subordinação ao capitalismo global, pois, nas economias periféricas, ele limita o nível de desenvolvimento tecnológico e industrial, aprofunda a

superexploração da força de trabalho, o que reforça o padrão exportador de especialização e, portanto, aumenta a vulnerabilidade delas às crises globais.

Ademais, o Estado, nesse contexto, atua como facilitador desse processo, contribuindo para consolidar o padrão de reprodução do capital latino-americano, através de suas fontes de investimento, principalmente por meio de:1) os impostos diretos; 2) impostos indiretos; e 3) exploração do Estado enquanto capitalista. Além disso, o Estado tem o poder de atuar como mediador das relações entre o capital estrangeiro e a economia nacional (Marini, 2012).

No Brasil, por exemplo, frequentemente políticas relacionadas a taxa de câmbio, taxa de juros, incentivos fiscais, financiamento financeiro, tratamento não diferencial ao capital estrangeiro, flexibilização das leis trabalhistas, entre outras, são usadas para facilitar a entrada de investimento estrangeiro. E essa dinâmica reflete a influência das elites locais, que integram o **bloco no poder** e se beneficiam da associação com o capital estrangeiro. Nesse contexto, ao agir como facilitador, o Estado brasileiro ajuda a consolidar o **padrão de reprodução capitalista dependente**, em que o crescimento econômico é impulsionado pelo investimento externo, mas sem autonomia nacional. Considerando, pois, a fonte estatal de investimento do Estado, Marini (2012) aponta a necessidade de identificar a proporção dos gastos governamentais que respondem especificamente ao capital, no que tange às transferências de mais-valia por meio de investimentos estatais (criação de infraestrutura) que visem melhorar ou tornar mais velozes e eficientes a circulação de mercadorias e fatores de produção, bem como as subvenções indiretas que podem tomar forma, por exemplo, de isenções tributárias ou manipulação de preços que favoreçam um determinado setor.

Ainda no que se refere à análise do investimento, Osório (2012a) trata de dois aspectos relevantes: (i) as possíveis disparidades entre os valores de uso que os investimentos tendem a se converter; e (ii) as necessidades sociais. Ou seja, segundo o autor existe uma distância entre as necessidades do capital de valorizar-se e as necessidades sociais da maioria da população.

Essa perspectiva está relacionada à questão da produtividade ou improdutividade do investimento público. A complexidade que este aspecto esconde pode passar despercebido na análise do padrão de reprodução capitalista, principalmente considerando que alguns gastos governamentais podem, *a priori*, não

serem percebidos como produtivos, tais como os gastos sociais com educação e saúde da população, que não são diretamente relacionados a investimentos produtivos, porém representam uma contribuição para a reprodução e qualificação da força de trabalho, imprescindível para o processo de valorização do capital (Marini, 2012). Essas considerações podem indicam o nível de dependência da economia com relação ao Estado, além de indicar o papel deste para a reprodução do capital, como instrumento facilitador ou não.

Assim, a participação do capital estrangeiro na primeira fase do ciclo do capital para os economistas da Teoria da Dependência Marxista (TDM), especificamente Marini (2012, p. 26), em relação às economias dependentes, demonstra, logo numa primeira aproximação, ainda sem considerar os problemas de realização, “as distintas fases de expansão e recessão que esta atravessa, encontra-se diretamente articulado com o exterior e é suscetível, em ampla medida, a ser influenciado pelo Estado”. Nesse sentido, o capital externo atua e determina o padrão de reprodução da economia dependente, e esta assume uma função num outro padrão de reprodução capitalista, o das economias de capitalismo mais avançado.

3 ANÁLISE DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO PELO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

A forma como o espaço do território brasileiro – desde o início da sua dominação pela Coroa portuguesa – moldou-se às dinâmicas econômicas e políticas internacionais forjou na sua configuração uma relação de submissão e dependência. Ainda sob a égide mercantilista, ou pré-capitalista, a forma como o capital se realizou orquestrou uma dominação espacial verticalizada, produzindo uma urbanização conforme os interesses que iam se estabelecendo a partir da técnica de produção e do nível de divisão social do trabalho, ou seja, das ocupações que cada país mantinha na estrutura produtiva mundial e do interesse do capital privado em expandir-se e multiplicar-se pelos territórios.

Na maioria dos casos, a situação de produtor e exportador de uma ou duas matérias-primas básicas, da mineração ou agricultura, frequentemente com demanda cada vez menor pelos países industrializados, seria resultado desses investimentos diretos. De modo geral, esses investimentos, realizados por países colonizadores ou, quando se tratava de relações semicoloniais, da potência tutelar na “zona de

influência” em questão, como, por exemplo, a Inglaterra, que impôs ao Brasil o fim do tráfico negreiro, para que se reconhecesse a independência de 1822.

Rangel (1956, p. 208) afirma que a economia brasileira tem sua origem no ato do comércio exterior, passando por feitorias e fazendas que, ao longo de um período, se complexificam com o aparecimento de unidades econômicas voltadas para o comércio exterior, aplicando parte da sua força produtiva para satisfação direta de suas necessidades. Posteriormente, surge um governo, um aparelho comercial, um sistema de transporte (com origem do mercado nacional), e somente mais tarde aparecem unidades não agrícolas produtivas que vão ser embrião da futura indústria nacional, que, ao longo do tempo, abandonam sua característica artesanal, revestindo-se das feições da forma capitalista mais avançada.

No entanto, esse processo evolutivo se deu de maneira inversa à das nações europeias emergidas na Idade Média, nas quais o comércio exterior surge após a economia nacional paulatinamente ter alcançado formato constante e regular em relação as trocas. Segundo Rangel (1956, p. 208-209), o comércio exterior para esses países foi “uma complicação introduzida no primitivo modelo fechado, aldeão, provincial e depois nacional”.

Um exemplo claro dessa dinâmica é apontado por Abreu (2000) e Siqueira (2022), que demonstram em seus estudos que o IED na América Latina era predominantemente britânico. De acordo com Abreu (2000), no Brasil, esses investimentos britânicos prevaleceram de 1850 até a década de 1950. Em linhas gerais, em 1880 o Brasil (21,66%), Peru (20, 16%) e México (18,24%) concentravam cerca de 60% dos IED britânicos na América Latina. Desses investimentos, 61,05% eram em projeto de ferrovias, 19,62% em utilidade pública, 7,09% em navegação e setores diversos, 6,02% em mineração, 5,34% em bancos e outras instituições financeiras e 0,88% em construção civil (Siqueira, 2022).

O Brasil, assim como em grande parte dos países da América Latina, dada a sua formação histórica econômica colonial e posterior inserção dependente, passou por processos tecnológicos que se encaixavam, em certa medida, na sua função na divisão internacional do trabalho. Ainda que se tenha buscado romper o ciclo de dependência, por meio da política de substituição das importações iniciada na década de 1930, as forças hegemônicas que permitiram avanços na industrialização inicialmente, orientaram o padrão de reprodução do sistema capitalista local para uma

outra dinâmica, sobretudo após a década de 1970, fazendo com que fosse abandonada a ideia de industrialização.

Nesse período, os Estados Unidos, de forma unilateral, rompem com o sistema de câmbio fixo e o padrão ouro, pilares dos acordos de ajuda financeira geridos por organismos internacionais e pela política norte-americana, derivados do Plano Marshall, assim como dos acordos com os países periféricos. Com isso, o dólar tornou-se o novo lastro monetário internacional, com os Estados Unidos detendo o monopólio da emissão da moeda (Porto-Gonçalves, 2006). Marini (1992) aponta que os choques do petróleo de 1973 e 1979 fizeram a economia norte-americana elevar a taxa de juros libor dólar de uma média de 9,4%, em 1978, para 19,5%, em março de 1980. Esse aumento provocou um rápido crescimento da dívida externa total, que ultrapassou 100 bilhões de dólares, em 1986, enquanto o serviço da dívida subiu de 2,7 bilhões de dólares, em 1978, para 8,7 bilhões, em 1982, marcando o início da crise da dívida externa no Brasil e na América Latina.

Tavares (2016) afirma que a crise da dívida externa de 1982 iniciou um padrão na política econômica brasileira, no qual os sucessivos governos após a crise optaram, em sua maioria, por ajustes externos tendo como prioridade a criação de superávits comerciais.

A partir da construção desse quadro no Brasil, consolida-se a definição de uma política econômica de obtenção de saldos comerciais elevados, tendo como finalidade o cumprimento dos compromissos internos do país e, com isso, o abandono do projeto de desenvolvimento e assimilação da vontade política do FMI por meio da adoção dos pressupostos neoliberais do Consenso de Washington (Marini, 1992).

Na visão de Filgueiras (2007), o transcurso que promoveu o retrocesso industrial (bem como o avanço da reprimarização[8]) dá-se por meio da política econômica adotada com a abertura comercial, além do efeito do câmbio sobrevalorizado em períodos de baixo crescimento econômico, resultando em expansão das exportações brasileiras e em uma maior integração brasileira ao mercado mundial de *commodities* após esse período, conforme aponta a Tabela 1. O desempenho mais acentuado do valor das exportações acontece principalmente de

[8] O processo de reprimarização tem como marco os anos 2000, quando uma série de circunstâncias internacionais e nacionais concorreram para a intensificação da especialização produtiva em *commodities*, em detrimento de uma política industrial com maior nível tecnológico.

2000 para 2010, período que abrange o final do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso e os dois mandatos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no qual efetivamente o padrão de reprodução EEP apresenta as suas principais características, após o período de “ajustamento” da economia brasileira ao processo neoliberal.

Tabela 1 – Valor FOB das exportações totais brasileiras em anos selecionados (em milhões de dólares) e variação percentual

Ano	Exportações (US$)	Variação (%)
1974*	7.951,00	-
1980	20.132,40	153,21
1990	31.413,76	56,04
2000	55.085,59	75,36
2010	201.324,11	265,48
2017	217.242,67	7,91

*Valor encontrado em IPEADATA.
Fonte: CEPALSTAT (2019) e IPEADATA (2019).

Em termos relativos, a média de crescimento das exportações do Brasil, de 1983 a 2018 (6,32%), foi superior à média mundial (5,15%) e à da América Latina e Caribe (4,38%), ficando atrás apenas das regiões da China. De acordo com dados do Banco Mundial, em 2018, a taxa de crescimento das exportações dos países de renda alta era de 3,4%, valor que se situava em um patamar inferior àquele que foi registrado para a economia brasileira (4,1%) (Banco Mundial, 2019).

Segundo Oliveira (2015), a integração do modelo mundial de reprodução capitalista encontrou lugar no Brasil por meio dos processos apontados como aliança mundial da burguesia, englobando: 1) a necessidade de movimentos internacionais de capitais; 2) a produção capitalista internacionalizada; e 3) a existência de ações de governo em nível internacional.

Os acordos internacionais advindos de Bretton Woods e dos organismos de regulação internacionais instituídos (FMI, BIRD, Banco mundial, Organização Mundial do Comércio, dentre outros) estabeleceram os parâmetros mundiais de movimento de capitais.

A análise dos tipos de produtos que compõem as exportações, conforme a Figura 3 ilustra em termos de valores, mostra como a política nacional modifica a sua

direção desenvolvimentista capitalista – pautada na política de substituição das importações e na concepção de industrialização nacional, ou seja, redução da deterioração dos termos de troca – para uma política de inserção internacional dependente, regida pelos pilares neoliberais da globalização perversa (nos termos de Santos, 2001).

Entre as décadas de 1960 e 1990, a taxa de crescimento da participação das exportações para produtos primários foi negativa: -18,02 (1970), -27,15 (1980) e -18,79 (1990). Em resposta aos vários incentivos advindos das políticas de desenvolvimento da indústria nacional, ao contrário dos produtos primários, a taxa de crescimento da participação das manufaturas nas exportações totais apresentava franco crescimento, principalmente na década de 1970 (250%), mantendo-se positiva até a década de 1990, quando cresceu 23,6% (Figura 3).

De acordo com Paulani (2012), o contexto apresentado na Figura 3, em grande medida, resulta da política cambial e monetária adotada pelo país, na qual os elevados juros reais, aliados aos ganhos em mercados derivativos produzidos pela contínua valorização da moeda nacional, favoreceram transformação do país em um paraíso dos ganhos rentistas. Na ótica produtiva, isso representa a desindustrialização e reprimarização da pauta das exportações do país, inserindo-se em uma das modalidades da "Doença Holandesa"[9].

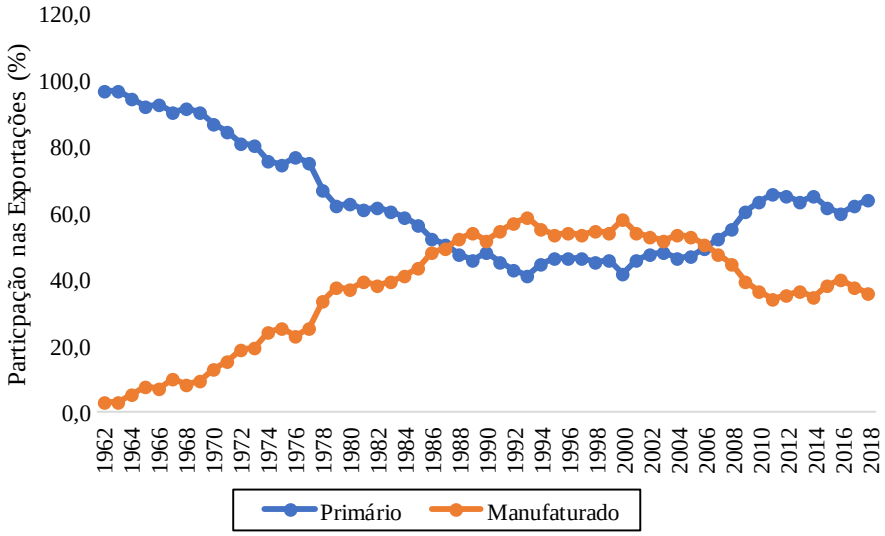
Esse processo de reprodução pode ser identificado quando se analisa a atual conjuntura da América Latina, que, nas últimas duas décadas, passou por uma transição do Consenso de Washington – baseado na valorização financeira – para o *Consenso de Commodities* [10]– baseado na exportação em larga escala de matérias-primas como hidrocarbonetos (gás e petróleo), metais e minerais (cobre, ouro, prata, estanho, bauxita, zinco, etc.), produtos agrícolas (milho, soja e trigo) e

[9] Segundo Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro (2009, p. 3) a doença holandesa foi identificada originalmente na década de 1960, nos Países Baixos, na Holanda, com a descoberta e exportação de gás natural apreciou a taxa de câmbio e ameaçou destruir toda a indústria manufatureira do país. Podendo ser caracterizada pela sobreapreciação permanente da taxa de câmbio como desdobramento da existência de recursos naturais abundantes e baratos que garantem rendas ricardianas. Esses autores também compreendem a doença Holandesa como uma falha de mercado que afeta quase todos os países em desenvolvimento, bem como em países com mão de obra barata.

[10] Em linhas gerais, considerando a perspectiva econômica, está relacionado com o processo de "reprimarização" das economias latino-americanas, nas quais existe uma ênfase da sua orientação principalmente para atividades extrativistas, com a finalidade de rendas, com pouco valor agregado (SVAMPA, 2015).

biocombustíveis (SVAMPA, 2015). Essa transição modificou de forma considerável a dinâmica capitalista e o valor de uso produzido nesse espaço.

Figura 3 – Percentual de participação de produtos primário e manufaturados nas exportações FOB brasileiras de 1962 a 2018



Fonte: CEPALSTAT (2019).

A inserção internacional do país a partir do paradigma neoliberal é inaugurada no período Collor, quando são dados os primeiros traços do novo desenho da política brasileira, por meio da instituição da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), criada em 1990, com o objetivo de reduzir de forma progressiva os níveis de proteção tarifária e eliminar os instrumentos não tarifários de proteção e dos subsídios à indústria nacional, colocando-a numa acentuada e rápida exposição à competição internacional, constituindo-se, desse modo, em uma política às avessas à política de desenvolvimento capitalista de substituição das importações (Cano; Da Silva, 2010).

Em termos estratégicos e com forte relação com a economia neoextrativista, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi privatizada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O histórico da CVRD, criada em 1942, pelo então presidente Getúlio Vargas, aponta para a consolidação de sua posição no mercado mundial a partir da década de 1950, quando passa a dinamizar as atividades econômicas, desenvolvendo tecnologia, tornando-se, em sua atuação, referência na época. Antes da sua criação, as áreas de mineração brasileira eram, em sua maioria, controladas por um norte americano, *Percival Farquhar*, que tinha sua atuação limitada pela

extração do minério com destino às siderúrgicas da Pensilvânia, em seu país de origem. Privatizada em maio de 1997, a CVRD havia sido avaliada em US$120 bilhões, tendo como objetivo o pagamento de toda a dívida externa brasileira, mas acabou sendo vendida por US$ 3,3 bilhões para o Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O consórcio adquiriu 41,73% das ações com direito a voto, distribuídas da seguinte forma: 16,3% pertencentes à própria CNS; 10,43% controlado pela Litel Participações (fundos de pensão); 10% pela Eletron S/A (liderada pelo Banco *Opportunity*); e 5% pela *Sweet River* (*Nations Bank*)[11](Serrano, 2019; Agostini, 2017).

De acordo com Chesnais (1996, p. 53), o modo de produção capitalista tem por característica a sua face “totalitária” e “totalizante”, sempre subordinando, ou muitas vezes, destruindo “o conjunto de formas e esferas de atividade social que ainda escapam à lógica da ‘mercadorização’ e à subordinação às operações do capital”. Este autor aponta o fato de que são as instituições constitutivas de capital financeiro, cuja característica mais elementar é a forte rentabilidade, que determinam a repartição da receita, o ritmo do investimento ou, ainda, o nível e as formas do emprego assalariado, por meio das intermediações de operações realizadas nos mercados financeiros.

As instituições em questão compreendem os bancos, mas, sobretudo, as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de clientes dispersos (os *Mutual Funds*), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. Os investidores institucionais tornaram-se, por intermédio dos mercados financeiros, os investidores institucionais, atuando por meio dos mercados financeiros, transformaram-se nos proprietários dos grandes grupos empresariais. Eles assumem o papel de acionistas com uma dinâmica peculiar, adotando

[11]Atualmente a Vale (antiga CVRD) tem como principal acionista a Litel (20,98% das ações), empresa criada pelos fundos de pensão dos empregados do Banco do Brasil (Previ), da Caixa Econômica Federal (Funcef), da Petrobrás (Petros) e da Cesp (Funcesp). Além dos fundos de pensão, detém ações da Vale, o BNDESPar, empresa de investimento do BNDES – segundo maior acionista (7,6%) -, a Bradespar, empresa de investimento do Bradesco (6,3%) e a Gestora global de investimentos BlackRock (5,98%). O governo possui controle indireto da Vale, por meio dos fundos de pensão e do BNDES, bem como por meio do Tesouro Nacional que é dono de ações especiais que garantem poder de veto em decisões relevantes da companhia (*as Golden Shares*) (Temóteo, 2019).

estratégias que frequentemente ignoram as demandas da produção industrial e se mostram altamente agressivas em relação ao emprego e aos salários. Esses investidores emergem como os principais beneficiários da nova estrutura do capitalismo contemporâneo (Chesnais, 2001).

Nesse sentido, foi instituído o Programa Nacional de Desestatização (PND) em abril de 1990 (Lei 8.031), alterado pela Lei 9.491 de setembro de 1997, marco das privatizações. Tendo entre os seus objetivos fundamentais, tanto na primeira quanto na segunda normatização, a redução da dívida pública.

De 1975 a 1979, do total do IED na América Latina, o Brasil, em média, contribuía com 56,41%, chegando a ser responsável por 76,52% dos investimentos estrangeiros diretos nessa região no ano de 1976, bem como por 8,42% do fluxo do IED do mundo. No período de 2000 a 2018, a participação do Brasil nos IED da América Latina ficou acima dos 20% - média de 22,59, entre 2000 e 2009, e 28,91, de 2010 a 2018 (Banco Mundial, 2019).

Segundo Relatório da Cepal (2019), o IED mundial recuou, em 2018, em 13% em relação ao ano anterior, alcançando o valor de 1,3 trilhões de dólares. Essa redução foi mais acentuada nas economias desenvolvidas (27%), tendo como principal motivo a reforma tributária realizada nos Estados Unidos, promovendo um maior de fluxo de repatriação de lucros, principalmente em relação à Europa, que apresentou saídas de IED.

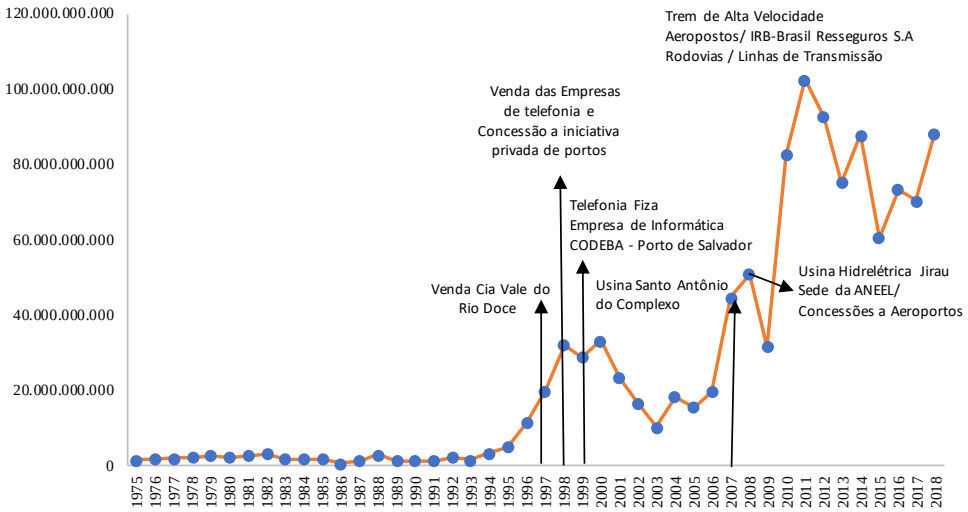
Na contramão dessa tendência, na América Latina e Caribe, o IED aumentou 13,2% em 2018, com um montante de 184,287 bilhões de dólares. No entanto, esse resultado é fruto do aumento do IED em poucos países, destacando-se Brasil e México. Além disso, não há uma associação a aportes de capital, mas a uma maior entrada de empréstimos entre companhias e menor percentual de reinvestimento de lucros. Apesar de os capitais se concentrarem mais nas manufaturas e nos serviços, os investimentos em setores de recursos naturais apresentaram aumentos (CEPAL, 2019).

As privatizações realizadas no país influenciaram sobremaneira o fluxo de IED, sendo possível observar os processos de desnacionalização e os movimentos do IED ao longo do tempo (Figura 4). De 1991 a 1999, foram privatizadas 36 empresas estatais federais, e de 2000 a 2001, cinco estatais estaduais, todas bancos (Banco do Estado de São Paulo, Banco do Estado do Goiás, Banco do Estado do Amazonas,

Banco do Estado do Maranhão e Banco do Estado do Ceará) (Ministério do Planejamento, 2011).

De acordo com dados do BNDES (2019), considerando o período de 1990 a 2015, foram realizadas 99 desestatizações, referentes aos setores siderúrgico, químico e petroquímico, fertilizantes, elétrico, ferroviário, mineração, portuário, aeroportuário, rodoviário, financeiro, de petróleo e outros. Desse total, 27 foram de empresas do setor petroquímico e 21 do rodoviário. De 2009 para 2010, o IED variou 161,71% e um dos vários fatores que contribuíram para esse resultado foram as privatizações (envolvendo aquisição e concessão) de empresas e serviços relacionados ao setor de transporte, energia e seguros, com participação de empresas estrangeiras tais como o consórcio vencedor do leilão da RodoBahia[12], integrado pela espanhola Isolux-Corsan (75%) e as brasileiras Engevix (20%) e Encalso (5%) (Figura 4) (BNDES, 2019).

Figura 4 – Investimento Estrangeiro Direto em US$, no Brasil, de 1975 a 2018



Fonte: Elaborado base em dados do Banco Mundial, 2019.

No caso das empresas privadas, o IED, em seu fluxo, comportou-se também conforme as aquisições, fusões e associações com empresas nacionais. De acordo com Oliveira (2015), esse processo representa uma tendência do atual padrão capitalista internacionalizado, que expressa a aliança de classes entre burguesias

[12]Trechos da rodovia BR – 116/324 BA.

nacionais dos diferentes países, tornando-se, consequentemente, uma burguesia mundial. Ainda segundo esse autor, de 1994 a 2014, foram realizados no Brasil 9.821 transações (fusões, aquisições, associações etc.). Essas transações distribuíram-se em 2.667 (27,2%) no governo Fernando Henrique Cardoso, 3.907 (39,8%) no de Luiz Inácio Lula da Silva e 3.247 (33,1%) no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

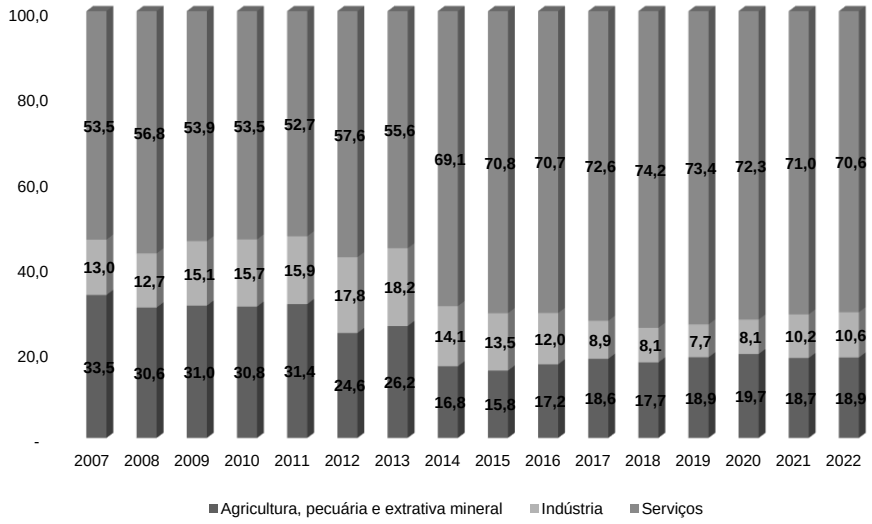
Nesse período, as aquisições, fusões e associações ocorreram nos setores de bebidas, financeiro, telefonia, petróleo, carnes, transporte aéreo (Azul e Trip), saúde e fertilizantes. Os principais países envolvidos nessas transações no Brasil, foram: Bélgica (1), Espanha (1), Portugal (1), Estados Unidos (5), Austrália (3), Japão (1), Itália (1), Grã-Bretanha (1) e Noruega (1) (Oliveira, 2015).

Ainda sobre a Figura 4, é possível observar que a média dos IED da década de 1970 à década de 1980 reduziu-se em 4,36%, já da década de 1980 à de 1990 aumentou 500,63% - possivelmente em função da abertura comercial e intensificação das privatizações, em destaque a mineradora Companhia Vale do Rio Doce e Telebrás – e na década de 2000 a 2010 e de 2010 para 2018, avançaram, respectivamente, 150,89% e 209,83%.

Na Figura 5, é possível observar uma redistribuição do IED entre os setores, a partir de 2014. O setor de serviços tornou-se ainda mais atraente para esse tipo de investimento, aumentando o seu volume proporcional relativo. Desta maneira é possível dividir a análise em dois períodos, o primeiro de 2007 a 2014, e o segundo de 2015 a 2022.

Assim, pode-se afirmar que no primeiro período o setor de serviço concentrava em média 56,6% do total do IED do Brasil. Já no segundo período, esse valor passou para 71,9%, um aumento de 16,8%. Nos outros setores houve redução na média da participação do IED no país. No primeiro período a agricultura e indústria concentraram respectivamente, 28,1% e 15,3%, já no segundo, 18,2% e 9,9%, respectivamente (Banco Central do Brasil, 2024).

Figura 5 – Distribuição (%) do IED por setor econômico brasileiro, de 2007 a 2022



Fonte: Banco Central do Brasil (2024).

O IED distribuídos em mais de 36 atividades, porém, a “Serviços financeiros e atividades auxiliares e Holdings”, apresentou um destaque em relação as outras. No primeiro período, 2007 e 2014, concentrou em média 37,8% dos IED desse setor. Já no segundo período de 2015 a 2022, a média 59,2%.

Essa maior concentração do IED em serviços e em atividades financeiras pode estar relacionada com o deslocamento do capital financeiro para o setor de *commodities* (considerado o *boom* das *commodities*) – alta nos preços dos alimentos e de recursos naturais principalmente a partir dos anos 2000, comumente justificada pelo aumento da demanda mundial, com o crescimento das economias emergentes, principalmente a China, além da crise climática[13] –movimento considerado por Barreto (2024) como uma nova forma de apropriação e mercantilização da natureza, pela qual os recursos naturais são convertidos em ativos financeiros, principalmente com advento dos derivativos e contratos futuros, alterando da lógica de precificação de *commodities*.

Em relação ao IED na indústria, no primeiro período (2007-2014), havia uma concentração na indústria metalúrgica e de produtos minerais não metálicos. Contudo,

[13] Ver Paschoa e Carcanholo (2009) e Barreto (2024).

na comparação com os dados de 2015-2022, os IED nessas atividades reduziram-se em 38,37% e 51,85%, respectivamente. Desse modo, a indústria de alimentos e bebidas, no período de 2015-2022, passou a responder por 53% do IED da indústria.

No cerne das ações do Estado na promoção do modelo de especialização produtiva, em maio de 2015, durante o segundo governo de Dilma Rousseff, foi instituído por meio de Decreto Presidencial nº 8.447, o Plano de Desenvolvimento Agrícola (PDA) Matopiba, tendo como objetivo "promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado, nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população", e cujas diretrizes eram:

> I - desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias; II - apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e III - ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais (Brasil, 2015, p.1).

Esta política pública engloba três biomas – Amazônia, Caatinga e, principalmente, o Cerrado –, abrangendo quadro estados brasileiros, ocupando uma área total de 73 milhões de hectares, dos quais participam: Maranhão (32,77%), Tocantins (37,95%), Piauí (11,21%) e Bahia (18,06%) (CIMI, 2016).

Em termos gerais, essa mesorregião é caracterizada pela expansão da fronteira agrícola, tendo como base o cultivo de grãos (principalmente soja e milho) em grandes extensões de terra, com uma formação natural propícia para essas culturas, bem como para a pecuária, e a facilidade de mecanização do cultivo (EMBRAPA, 2014).

Na área compreendida pelo PDA Matopiba estão inseridos 337 municípios, reunidos em 31 microrregiões, que abrigam em conjunto 25 milhões de habitantes. Abrange também 28 terras indígenas, 42 áreas de conservação ambiental, 865 assentamentos rurais e 34 territórios quilombolas, sem considerar, os territórios indígenas e quilombolas que ainda estão em processo de reconhecimento, delimitação, demarcação ou titulação (CIMI, 2016).

A participação de investimentos do Japão nessa área não é algo novo, considerando o histórico das inversões japonesas desde a década de 1970, com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do Cerrado

(Prodecer) I, II e III. Ou seja, configura-se como parte do padrão de reprodução exportador de especialização produtiva, que tem como ponto de partida a mecanização do campo e a formação dos Complexos Agroindustriais, com o advento da Revolução Verde, dentre outros aspectos supracitados, que, de alguma maneira, perpassam o papel do capital internacional.

A organização internacional Oxfam, em 2011, apresentou um estudo sobre a "corrida por terras" por parte do investimento estrangeiro em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, nos quais grandes faixas de terra a preços impressionantemente reduzidos (ou subsidiados) são oferecidas para a agricultura mecanizada em grande escala e, na maioria das vezes, as políticas ocorrem sem o consentimento livre e prévio das comunidades afetadas.

Em publicação da Land Matrix, uma plataforma que realiza o monitoramento global de terras, "*Fiebre por la tierra"*, a América Latina e Caribe possuem 601 grandes transações de terra (GTT), englobando uma área de 13.560.950 hectares. Dessa área, os cinco primeiros países em relação ao número de GTT registradas são Argentina (193), Brasil (97), Uruguai (62), Peru (58) e Colômbia (58). No caso do tamanho das áreas de GTT registradas, destacam-se, em hectares, Brasil (4.661.168), Argentina (3.344.649), Guiana (1.375.001), Uruguai (1.085.788) e Paraguai (673.259). Entre 2000 e 2023, o investimento transnacional em terras no Brasil foi 3.796.828 hectares, tendo como destinação a produção de biocombustíveis (25,85%), plantação de madeira (24,53%) e culturas alimentares (20,04%) (Venencia, 2019).

Essa corrida por terras, convergindo para uma maior concentração desse fator de produção e a expansão das fronteiras produtivas, tende a agravar ainda mais a tensão em territórios onde vivem comunidades tradicionais, bem como as áreas ocupadas pela agricultura familiar local, revelando a face perversa da globalização. É nesse sentido que Chesnais (1996) afirma que a globalização não está relacionada à integração mundial, com fins na repartição menos desigual das riquezas. Longe disso, a mundialização (utilizando um termo mais adequado) tem sua origem no processo de liberalização e desregulamentação. Sendo, dessa maneira, um movimento que pôs por terra todos os esforços para conter as tendências à polarização e à desigualdade inerentes ao processo de acumulação do capital mundial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi contribuir com a compreensão da dependência brasileira, assumindo como referência a TMD e a perspectiva central de que o desenvolvimento do sistema capitalista promove o desenvolvimento do subdesenvolvimento nos países periféricos. Para isso, dotou-se a estratégia analítica da categoria PRC desenvolvida pelos teóricos Ruy Mauro Marini e Osório. De forma, mais específica, a pesquisa realizada focou na primeira fase da análise do PRC (D-D'), contemplando a variável do investimento estrangeiro direto. Essa abordagem encontra fundamento na identificação do valor de uso e na determinação das hierarquias na inserção do país no comércio internacional.

Historicamente, o IED no Brasil sempre foi relacionado aos setores econômicos de baixa intensidade tecnológica e essencialmente primária, ou para o setor de infraestrutura, orientando para uma melhor logística de escoamento da produção, tal como apresentado, no primeiro momento, por meio do capital britânico. Ainda que o país tivesse passado por um padrão de reprodução capitalista industrial entre as décadas de 1940 e 1970, a crise no centro fez com que a periferia abandonasse o modelo de substituição de importação e iniciasse o ajustamento neoliberal imposto pelas instituições financeiras e de governança global, incluindo as privatizações de estatais estratégicas, adquiridas por meio dos IED. Com isso, a dinâmica de inserção comercial brasileira atravessa o processo de reprimarização e do valor de uso (ou troca) nas *commodities*.

Porém, os dados apresentados ao longo do texto indicam uma mudança na dinâmica de reprodução do capitalismo brasileiro, principalmente a partir de 2013, com um adensamento do IED no setor de serviços, essencialmente nas atividades de serviços financeiros e atividades auxiliares, e *holdings* e atividades imobiliárias. Além disso, a corrida por aquisições de terras no país, também com orientação para a produção primária, sugere que o padrão de reprodução do capital brasileiro, possui nuances advindas da financeirização do capitalismo global e do rentismo, conforme já indicam os teóricos da financeirização dos recursos naturais.

Em linhas gerais, o capital estrangeiro, adensa as contradições presentes no capitalismo brasileiro, e dada a conjuntura de urgência climática, é provável que a especulação rentista do capitalismo mundializado intensifique a sua expansão sobre

territórios abundantes em recursos naturais, provocando ainda mais tensões sociais. Sendo relevante o avanço nas discussões sobre estas questões.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2015. p. 33-63.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Tabelas Especiais:** Investimento Estrangeiro Direto. 2024. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais. Acesso em: 23 ago. 2024.

BARRETO, Helena M. Repensar o extrativismo latino-americano na era da financeirização. In: LAVINAS, Lena et al. **Financeirização:** crise, estagnação e desigualdade. Editora Contracorrente, 2024. p. 1069-1109.

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Estatísticas. Operacionais do Sistema BNDES. 2019. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/estatisticas-operacionais-sistema-bndes. Acesso em: 23 dez. 2019.

BRASIL. **Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor**. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo:** séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson; OREIRO, José Luís. **A doença holandesa. Globalização e competição**: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. 2009. Disponível em: https://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/Cap.5-DutchDisease.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

CANO, Wilson. Brasil-construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 265-302, 2017.

CEPALSTAT. **Estatísticas e indicadores**. 2019. Disponível em: https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e. Acesso em: 20 out. 2019.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando**. Revista Outubro**, v. 5, n. 2, p. 7-28, 2001.

DOS SANTOS, Theotonio. A teoria da dependência e a descoberta do sistema mundo. **Desenvolvimento e civilização:** Homenagem a Celso Furtado. Versão digital disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160330040647/Desenvolvimento_e_civilizacao.pdf. Acesso em, v. 20, 2016.

FRANK, G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, v. 18, n.4, set. 1966.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a dialética da dependência. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Flacso**, Santiago de Chile, n. 5, jun. 1973.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuandernos Políticos**, México, n. 12, abr.-jun., 1977.

_____. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.295p.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. Boitempo Editorial, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo; FILGUEIRAS, Luiz. A teoria marxista da dependência e os desafios do século XXI. **Caderno CRH**, v. 31, p. 445-449, 2018.

LAND MATRIX INITIATIVE (LMI). **Dados**: Deals. 2024. Disponível em:< https://landmatrix.org/list/deals/>. Acesso em: 2 ago. 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo** (online), v. 19, n. 2, p. 228-244, nov. 2015.

OSORIO, Jaime. Crítica de la ciencia vulgar. Sobre epistemología y método en Marx. **Revista Herramienta**, n. 26, 2004.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: **PADRÃO de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência**.** São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In*: **PADRÃO de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 103-134.

_____. Sistema mundial e formas de capitalismo: a teoria marxista da dependência revisitada. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 1, p. 494-539, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. [s.l.]: Editora Record, 2006. 625p.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

RANGEL, I. Desenvolvimento e projeto. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais**. n. 9, jan.-jun., 1956.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. Investimentos estrangeiros diretos (IED): origens, significado e benefícios. 2022. **R. BNDES**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 611-654, dez. 2022.

SVAMPA, Maristella. *Commodities consensus: Neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America*. **South Atlantic Quarterly**, v. 114, n. 1, p. 65-82, 2015.

TAVARES, Maria da Conceição. **Destruição não criadora:** memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 18-22.

_____. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro**: Record/CEPAL, 2000. p. 217-237.

_____. Ajustes e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 21-57, 2016.

VENENCIA, C. et al. Land Matrix y las grandes transacciones de tierras en América Latina y el Caribe. In: COSTANTINO, Agostina (Org.). **Fiebre por la tierra.** Debates sobre el land grabbing en Argentina y América Latina. [S.n.], 2019. p. 79-95.